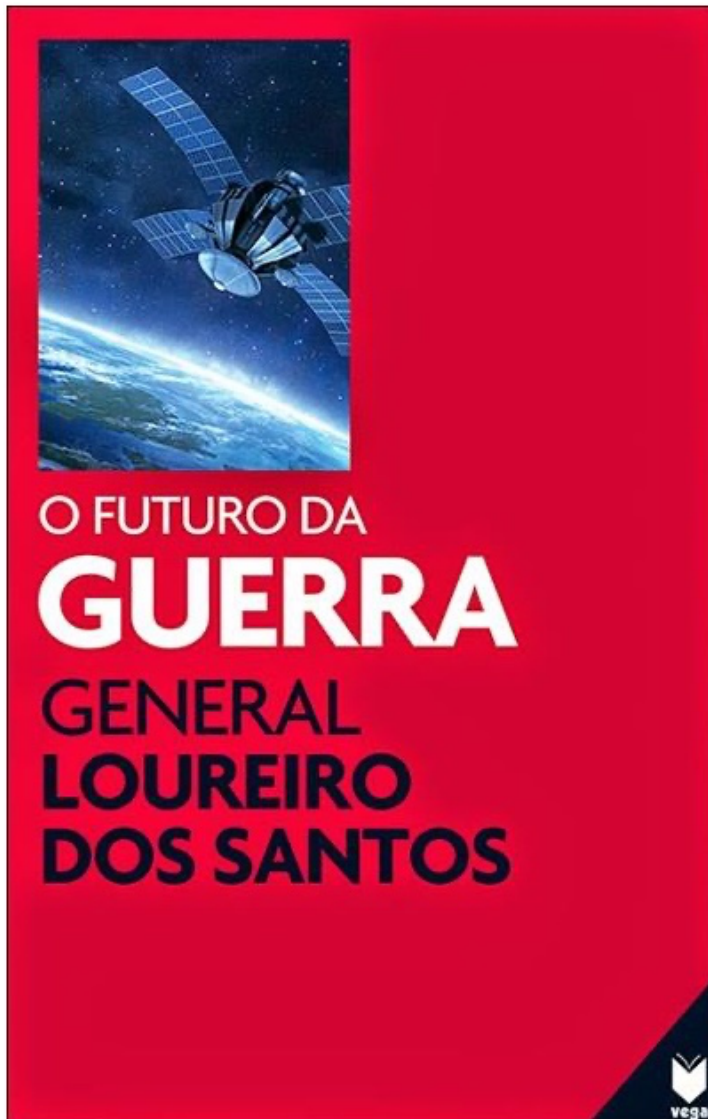


RECENSÃO



Obra “O Futuro da Guerra” do Gen. Loureiro dos Santos

Editora Nova Vega | ISBN 9789897500145

O General Loureiro dos Santos nasceu em Vilela do Douro — Paços, concelho de Sabrosa (Vila Real), em 2 de Setembro de 1936. Conta com um notável currículo tanto académico quanto militar. Frequentou, entre outros, os cursos de Artilharia da Escola do Exército e de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (onde fez um doutoramento em Ciências Militares) e lecionou no IAEM, no IAEFA e no ISCSP. Desempenhou também as funções de Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de Ministro da Defesa Nacional dos IV e V Governos Constitucionais e de Chefe de Estado-Maior do Exército. É sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e conferencista e autor de obras e de artigos na imprensa especializada sobre Estratégia, Segurança e Defesa. Na Europa-América publicou Reflexões Sobre Estratégia I (2000), Segurança e Defesa na Viragem do Milénio — Reflexões Sobre Estratégia II (2001), A Idade Imperial — Reflexões Sobre Estratégia III (2003) e E Depois do Iraque? (2003), escrito em conjunto com Luísa Meireles, Convulsões — Reflexões Sobre Estratégia IV, O Império Debaixo de Fogo — Reflexões Sobre Estratégia V (2006), A Ameaça Global (2008), As Guerras que Já Aí Estão e as Que Nos Esperam: Se os Políticos Não Mudarem - Reflexões sobre Estratégia VI (2009).

O Futuro da Guerra é documento escrito com uma linguagem simples e facilmente compreendida pelo público em geral, que apresenta uma perspectiva simultaneamente realista e prospectiva sobre o fenómeno da guerra como sendo um exercício baseado simultaneamente na razão, na emoção e na incerteza. Ao longo das quase 100 páginas, percebemos claramente a importância dos novos espaços de confronto, passando pelos futuros instrumentos e armamentos, tendo sempre em conta as relações de forças e as tendências de evolução geopolítica. Por outro lado, a obra identifica os perfis dos recursos humanos que estarão envolvidos nas futuras guerras, bem como reflete sobre as operações não violentas protagonizadas pela sociedade. Com base nestes conhecimentos, o autor faz emergir os previsíveis cenários de confronto, explicando a diversidade de conflitos armados, refletindo sobre as estratégias ativas das potências e dos atores não estatais, sem deixar de ponderar sobre as posições relativas das direções políticas, estratégicas e táticas nos vários patamares de comando e direção. Por fim, apresenta toda uma série de preocupações em torno das questões morais e legais no uso dos novos armamentos e na utilização dos novos espaços de operações, nomeadamente o espaço cibernético, aeroespacial e mediático.

O Futuro da Guerra começa por nos apresentar um conjunto de alicerces históricos capazes de distinguir as épocas da história militar, designadamente a era da pólvora, a era do motor, a era do eletrónico-nuclear, a era da informação, prevendo desde já o aparecimento da era da interconexão entre o homem e a máquina.

Expõe, ainda, os elementos essenciais de combate, nomeadamente o choque; o fogo; a proteção; o movimento, e o comando-ligação das formações combatentes. Termina este primeiro capítulo, referindo a natureza de três novos espaços de operações como sejam o espaço exterior, o ciberespaço e o espaço mediático. Todos eles de natureza e alcance global, onde prevalece a informação como denominador comum, constituindo-se assim como um novo elemento essencial de combate. Segue-se um segundo capítulo que aborda a importância primordial do ciberespaço na guerra do futuro. Para o General Loureiro dos Santos, (...) *os combates no ciberespaço serão travados em articulação com os desenvolvimentos nos espaços de operações tradicionais (terrestre, marítimo e aéreo) e nos novos espaços operacionais (...)* como o aeroespacial e mediático. Neste sentido, os conflitos digitais e mediáticos poderão ter consequências devastadoras e equivalentes a qualquer conflito armado do tipo cinético, como ocorre na guerra convencional, química, biológica ou nuclear.

As denominadas ciberarmas podem neutralizar as atividades críticas de uma nação, nomeadamente o governo, forças militares, entidades financeiras, operadores de telecomunicações, produtores e distribuidores de energia, distribuidores de água, sistemas de saúde, sistemas de controlo do espaço aéreo, órgãos de comunicação social, entre muitos outros. Por isso, o autor considera que as ciberarmas são autênticos dispositivos de disrupção massiva, de precisão absoluta e de alcance intercontinental, capazes de neutralizar o potencial estratégico de uma nação. Os novos combatentes deverão ser capazes de efetuar operações de paralisação e neutralização de sistemas informáticos; subtração de competências ou funcionalidades dos instrumentos, e apropriação de informação relevante do e sobre o inimigo. Por tudo isto, a

cibersegurança e a ciberdefesa passaram a ser um domínio estratégico que exige uma organização específica de meios, comandos militares articulados com poucos ou nenhuns patamares hierárquicos, e a existência de um comando de defesa nacional capaz de integrar as áreas militares e não militares de uma nação. O ciberespaço enquanto plataforma de produção, difusão e consumo informativo passou a ser um novo teatro de operações, e um lugar comum de competição e conflito entre os mais variados atores.

As denominadas operações de informação terão efeitos estratégicos, devido à capacidade de transformar o local em global, e o regional em planetário. A este propósito cito as palavras do autor: *Através da possibilidade de a informação poder atingir tanto os lugares mais próximos como os mais longínquos, o ciberespaço consegue colocar as pessoas no centro do debate ou do conflito, tornando-as em protagonistas da dinâmica estratégica (...)*. A componente humana passou a ser a principal variável do espaço de batalha, onde os conflitos do futuro terão novos protagonistas com os seus interesses, que vão desde de pequenos grupos até à sociedade civil. Esta nova realidade vai exigir no plano da condução dos conflitos uma gestão profissional das perceções, em que alguns casos será uma arma decisiva, e noutros complementar os combates de natureza cinética. Ou seja, numa visão mais dura, podemos ter como desígnio o controlo das estradas da informação do ciberespaço, enquanto numa abordagem mais leve, podemos ter como objetivo as operações de informação no sentido de moldar e construir perceções favoráveis nos diferentes alvos. Neste contexto, será cada vez mais comum, no plano da direção política e militar, termos elementos de relações públicas, de operações psicológicas, de assuntos civis, assim como jornalistas especializados em conflitos armados. Passo agora ao terceiro capítulo que versa sobre os instrumentos técnicos para fazer a guerra do futuro. Para o General Loureiro dos Santos, os tempos vindouros vão acelerar “A Revolução nos Assuntos Militares”. A este propósito cito o autor: *As áreas do conhecimento e investigação que mais poderão influenciar a evolução dos equipamentos e armamentos do futuro encontram-se, provavelmente, no domínio da biotecnologia, da nanotecnologia (e da bionanotecnologia), telecomunicações e, conseqüentemente, em todas as técnicas capazes de afetares aqueles que designámos por elementos essenciais de combate, assim como os desenvolvimentos em termos da produção e utilização da energia electromagnética*. No território da inovação previsível dos equipamentos e armamentos, vivemos tempos ricos e diversos, carregados em transformações profundas no plano das energias e das tecnologias.

Uma coisa é certa, a mudança é profunda.

O General Loureiro dos Santos enuncia ainda que os elementos significativos do armamento terrestre do futuro passam pelo aligeiramento e flexibilidade; pela miniaturização e nanotecnologia; pela ligação em rede e pelas capacidades de concentração de fogo. E como se isto não bastasse, o autor avança com o protagonismo dos satélites sobredotados; dos sensores aéreos; dos robots terrestres, voadores e aeroespaciais telecomandados, bem como dos meios navais e plataformas flutuantes com multicapacidades no ambiente da guerra do futuro.

Passamos, de seguida, ao quarto capítulo que versa sobre a evolução da ordem internacional. Neste âmbito, os Estados Unidos da América continuarão a ser o centro geopolítico mundial, seguidos de outros atores globais como seja a China, a Rússia, o Brasil e a Índia. Num segundo plano, teremos um conjunto de potências regionais com pouca expressão global como a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Turquia, o Irão, a Arábia Saudita, o Japão, a África do Sul, a Nigéria, o Egito, o Canadá, o México, a Argentina, o Japão, a Indonésia e a Austrália. Em relação a estas potências regionais, a possível mudança de estatuto passa pelo o entendimento entre nações. Dentro desta multiplicidade de atores com interesses muito semelhantes poderão surgir novas faixas de fragmentação ou instabilidade conflitual na região do Ártico; ao longo da fronteira ocidental da Rússia; ao longo do denominado “equador islâmico de perturbação”; na região do Grande Golfo; na margem do Sul do Índico e nas regiões fronteiriças entre a China e Índia e entre a China e a Rússia.

Os recursos energéticos, a pressão alimentar e a confrontação de valores serão os argumentos de base para longos e bons anos de tensões, fricções e conflitos intermináveis. Por isso, a probabilidade de ocorrerem conflitos armados de elevada intensidade concentra-se no hemisfério oriental, por causa das inúmeras zonas fraturadas e dos interesses em causa. Para o General Loureiro dos Santos, *os conflitos de elevada e média intensidade escolherão principalmente os espaços aéreos, navais e terrestres que se situam em zonas geográficas caracterizadas pela existência de frequentes confrontos, com Estados poderosos a procurarem alcançar a hegemonia, no sentido de poderem impor comportamentos que vão ao encontro dos seus interesses, o que parece bem mais provável acontecer nos espaços de operações da Ásia/Pacífico e na região fraturada do Grande Golfo, pelo menos no próximo e médio futuro. E podem surgir na faixa de ligação entre a Europa Central e a Europa de Leste.* Configuram-se, então, batalhas aeroterrestres e aeronavais, com uma predominância para os espaços de operações marítimas. Estes novos conflitos tenderão a envolver múltiplos e diversos atores completamente dependentes da capacidade económica e da qualidade das alianças que possam estabelecer. Aliás, pode acontecer que os atores mais fracos possam desequilibrar a balança das perceções, onde as operações mediáticas podem precipitar acontecimentos como negociações ou retiradas menos vitoriosas. Segue-se o quinto capítulo nomeado “*Quem fará a guerra do futuro (recursos humanos combatentes)*”. Devido à natureza e à quantidade de conflitos que se avizinham, é certo e seguro que continuarão a existir as forças militares como garante da segurança e da defesa dos Estados-nação. Os combates continuarão nos ambientes terrestres, marítimos e aéreos, com acontecimentos paralelos no espaço cibernético, aeroespacial e mediático. As denominadas ciberoperações e as operações mediáticas serão atividades da responsabilidade das direções políticas e estratégicas. Assim, as guerras do futuro poderão vir a exigir seis ramos das forças armadas como o exército, marinha, força aérea, aeroespacial, ciberespacial e mediático. Por isso, o número de civis nas forças militares vai crescer nos órgãos de estudo e apoio às estruturas de direção, bem como nas estruturas de elevada especialização tecnológica. Por outro lado, estas forças militares terão de estar preparadas para uma diversidade de perfis oponentes militares ou não, como guerrilheiros, sabotadores, terroristas, mercenários e inclusivamente extremistas religiosos. Adicionalmente, emergirão gigantescas empresas de natureza militar com capacidades de combate em larga escala, que terão como clientes um conjunto de países com suficientes recursos económicos.

Vivemos tempos do emprego de operações não violentas para alcançar objetivos políticos. As greves sucessivas ou permanentes, manifestações instaladas em praças públicas por longos períodos de tempo ou os cercos a edifícios governamentais são métodos de contestação pública pacífica que colocam o poder em causa. A contestação é amplificada pelos media o que faz despertar a sociedade para o problema, e gera tensões sociais múltiplas e diversas. Nestes contextos, as operações mediáticas poderão fazer toda a diferença no escalar da conflitualidade, dado que a retaliação pelo uso da força poderá ter efeitos aleatórios e contraproducentes. A este propósito cito as palavras do autor: *um qualquer incidente que provoque feridos e/ou mortos constituirá um rastilho muitas vezes capaz de fragmentar as estruturas do poder e originar o emprego de armas letais, a declaração do estado de emergência, a entrada das forças militares no terreno dos confrontos, enfim, de fazer desencadear a guerra civil.* Nestas situações, o comportamento das forças armadas poderá fazer toda a diferença, porque elas não existem para hostilizarem o próprio povo, sem porém em causa a governação. Avanço para o sétimo capítulo que versa sobre os *Cenários de evolução da guerra no futuro*. Nesta obra, conseguimos perceber claramente a grande capacidade de antecipação do General Loureiro dos Santos. Neste capítulo, apresenta-nos toda uma série de estratégias ativas das potências e dos atores não estatais. Começa por referir a necessidade do estabelecimento de novos instrumentos normativos internacionais para enquadrar, regular e evitar as ditas guerras híbridas que envolvem conflitos internos e externos entre Estados, ou entre Estados e os atores não estatais.

No caso dos conflitos entre as grandes potências, as Organizações Internacionais deverão centrar as suas preocupações na contenção do emprego de armamento nuclear, químico e biológico, bem como na utilização de armas de disrupção massiva no ciberespaço. No âmbito das estratégias ativas das potências mais poderosas, podemos enunciar resumidamente o seguinte:

- As potências levarão a cabo, se assim se justificar, ciberoperações por forma a antecipar, usar, neutralizar, alterar e destruir infraestruturas críticas;
- Iniciarão ou continuarão os investimentos no domínio aeroespacial;
- Desencadearão pressões e sanções diplomáticas, económicas e financeiras;
- Estabelecerão potentes “firewalls” defensivos;
- Desenvolverão ambientes mediatizados por computador alternativos;
- Desencadearão ataques informáticos concertados e localizados de grande dimensão;
- Combaterão insurreições dos atores não estatais; e,
- Conduzirão guerras de qualquer tipo e intensidade de acordo com os seus interesses.

Para o General Loureiro dos Santos, a guerra na era da informação apresenta um conjunto de características específicas como:

- 1) *Todas as ações táticas são potencialmente estratégicas (...);*
- 2) *A tecnologia, a informação e a inteligência estratégica farão a diferença do potencial de combate (...);*
- 3) *No futuro, a forma mais eficiente de fazer a guerra (...) será a guerra irregular; e,*
- 4) *A melhor forma de combater a guerra irregular (...) assenta no (...) uso de forças especiais (...).*

Assim sendo, um fato local passará de forma instantânea a uma realidade global, e o que é um movimento tático transformar-se-á num assunto estratégico.

Como diz o Senhor General: Viver-se-á num verdadeiro paraíso da estratégia.

O Futuro da Guerra inclui ainda um último capítulo subordinado às questões morais e legais na guerra do futuro. Como refere o autor, a imensa maioria dos conflitos armados de futuro serão ilegais à luz da legislação atual. Tanto as convenções de Genebra e de Haia, bem como o Direito Internacional Humanitário não cobrem a imensa maior dos cenários, situações e consequências de conflitos cinéticos, mediáticos ou cibernéticos. A imputação de responsabilidades dos ataques cibernéticos é um capítulo por escrever, já para não falar do apuramento de responsabilidades nas operações de informação, ou no emprego das empresas militares na defesa e segurança dos interesses de um ou vários Estados. O assunto está em estudo, mas não se antevê a aprovação de qualquer instrumento normativo. Em suma, *O Futuro da Guerra* é um excelente instrumento de compreensão do horizonte da guerra nas suas dimensões políticas, estratégicas e militares. O General Loureiro dos Santos, com a sua capacidade científica e didática invulgar, permite-nos gerar uma imagem viva e translúcida do futuro da guerra.